



**Encontro Técnico  
AESABESP**

30º Congresso Nacional  
de Saneamento e  
Meio Ambiente



**FENASAN**

30ª Feira Nacional  
de Saneamento e  
Meio Ambiente



# Desafios Regulatórios

**Hugo de Oliveira**

**PROJEC**

**deoliveira.hugo@gmail.com**

# Agenda

Temas Relevantes

Titularidade  
Competitividade  
Acessibilidade/Subsidios

Desafios

# Titularidade (1)

- A indefinição da titularidade dificulta a organizar a prestação dos serviços nas regiões metropolitanas devido à falta: de uma entidade metropolitana responsável; da falta de integração dos planos municipais de saneamento e da ausência de um planejamento metropolitano.
- O marco legal atual não tratou o tema de maneira aprofundada.
- A questão da gestão associadas como mecanismo aglutinador das RM e suas vulnerabilidade.
- A dificuldade de exercer a regulação a partir de contratos municipais e não de um contrato metropolitano.

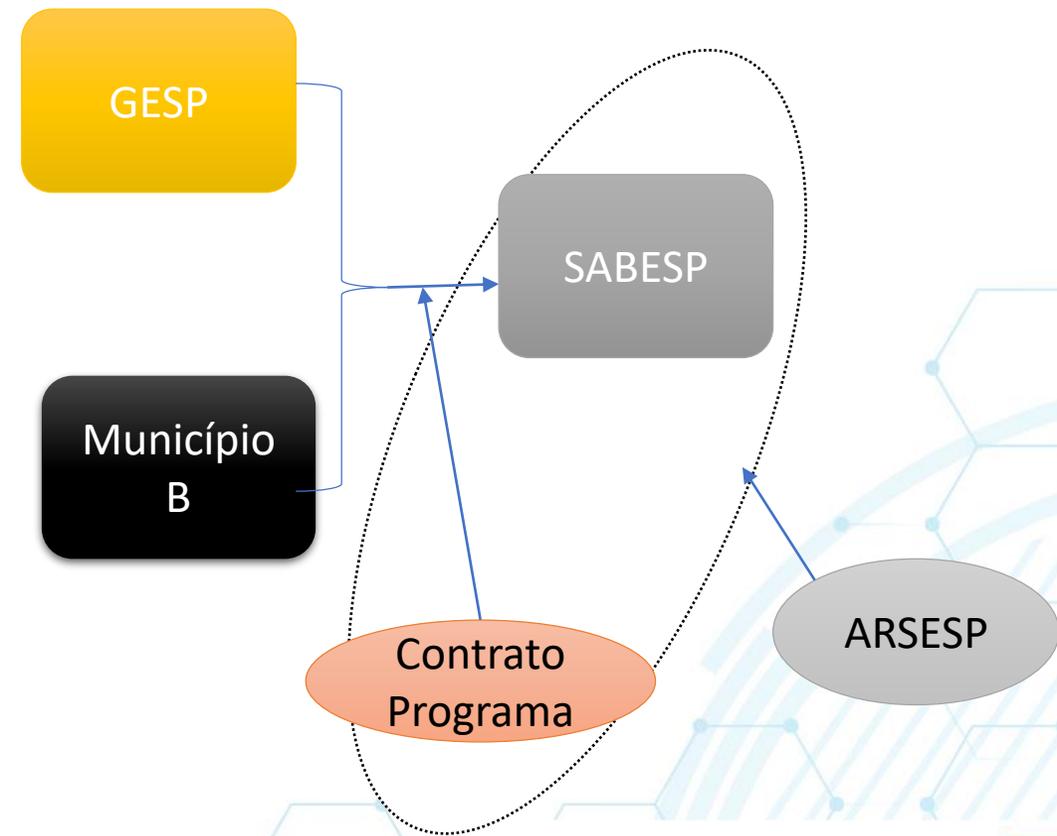
# Região Metropolitana de São Paulo

Poder Concedente

Concessionaria

Poder Concedente

Concessionaria



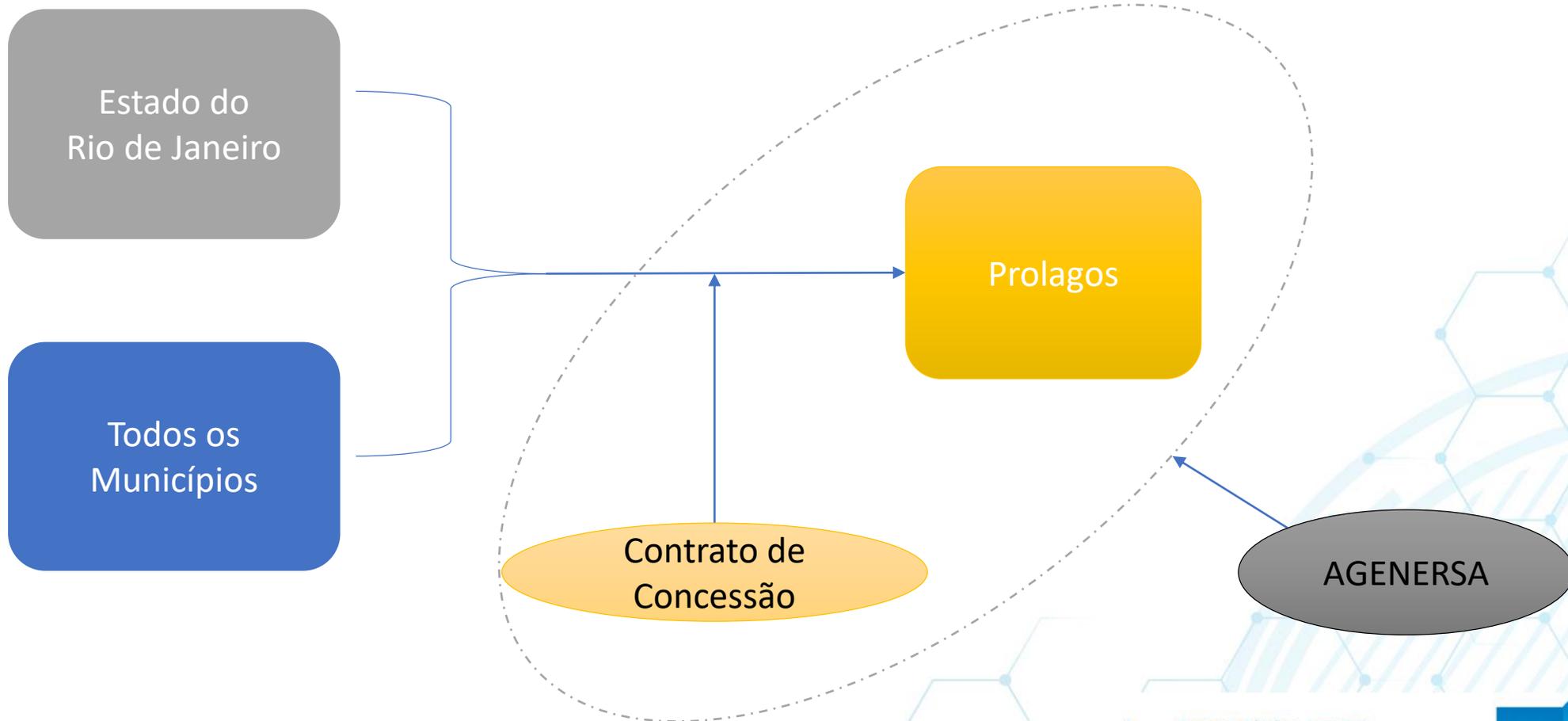
# Titularidade (2)

- A decisão do supremo que regulamentou um caso e criou a jurisprudência foi totalmente ignorada.
- A criação da Entidade Metropolitana parece não ter viabilidade como indicam todos os movimentos políticos atuais (fim da EMPLASA).
- Regulação incompleta e falta de coordenação da agência reguladora estadual com as entidades e agencias municipais.
- Trabalhar para estruturar contratos multilaterais (região dos Lagos do Rio) ou estrutura licitações por bloco de municípios como pretende o novo marco regulatório

# Região dos Lagos

Poder Concedente

Concessionário Privado



# Competividade (1)

- O marco legal atual não estabeleceu nenhum critério nem criou um esquema de incentivo a competição
- O esquema de competição implícito no marco legal é o da **competição pelo mercado** porém ela foi praticamente bloqueada pelo mecanismo do contrato de programa.
- A versão inicial da alteração da Lei 11.445 visava em princípio introduzir de fato a **competição pelo mercado**. Entretanto a ultima versão somente regulamenta a venda do controle acionário postergando a discussão do tema da abertura de mercado.
- Para emular competição uma boa pratica que vem sendo adotada é a introdução da **competição no mercado** principalmente em segmentos da cadeia produtiva que podem permitir isso. (parte alta da cadeia – gráfico ilustrativo do setor elétrico brasileiro)

# Competividade (3)

- O atual marco regulatório do setor elétrico brasileiro funciona bem, mas foi estruturado a partir da reforma do antigo marco regulatório que já tinha uma certa maturidade.
- As principais características do atual marco regulatório do setor elétrico são: livre competição na parte alta da cadeia, monopólio na operação e transmissão; e mercado regulado na parte baixa da cadeia. Os atores centrais deste novo esquema são o Produtor Independente, o consumidor livre e a CCCE.

# Competividade (2)

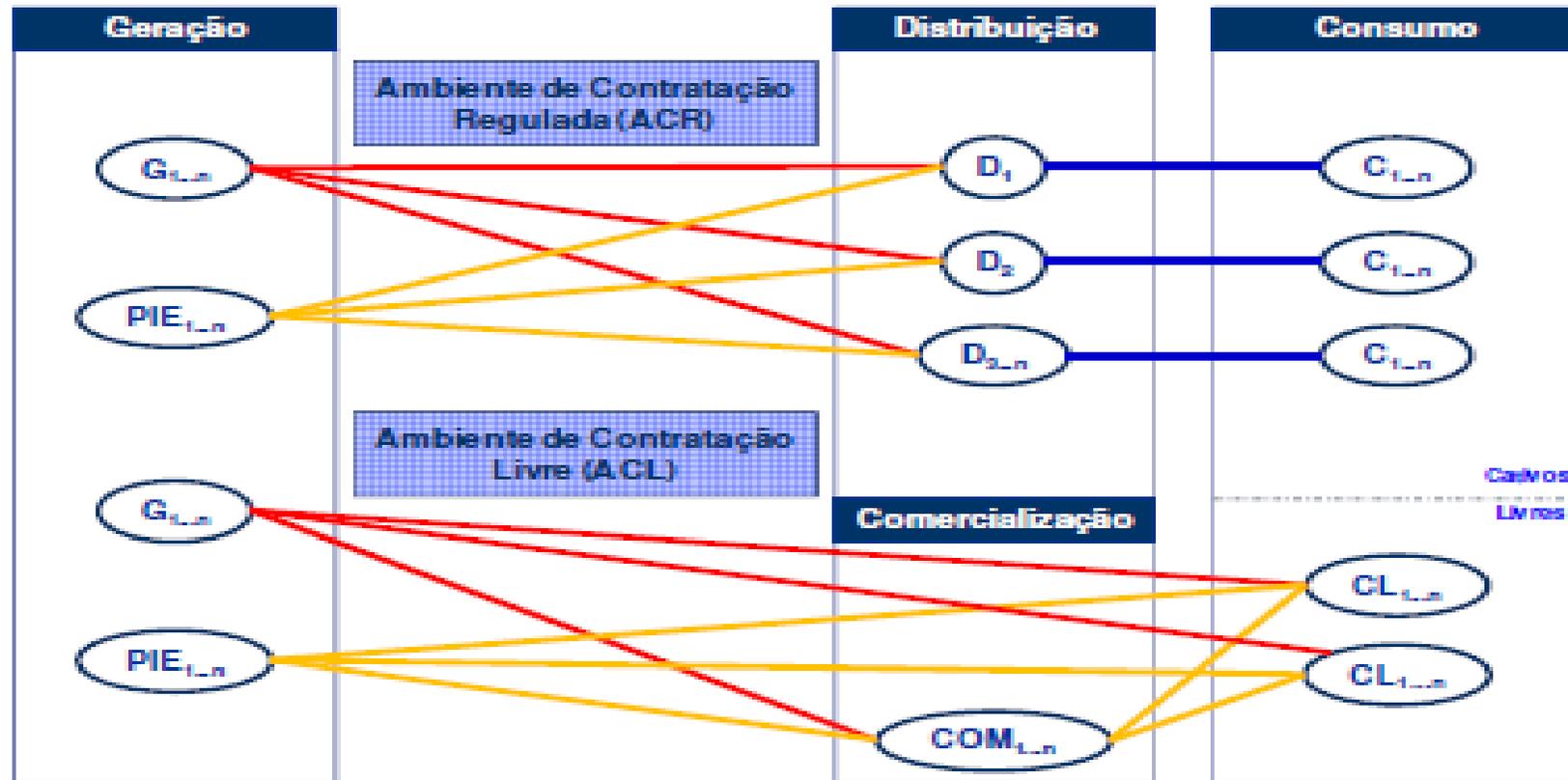


Figura 13 - Ambientes de contratação de geração, comercialização e distribuição  
Obs. G = Geradoras, PIE = Produtores Independentes de Energia, D = Distribuidoras, COM = Comercializadoras, C = Consumidores Cativos e CL = Consumidores Livre.

# Competitividade (4)

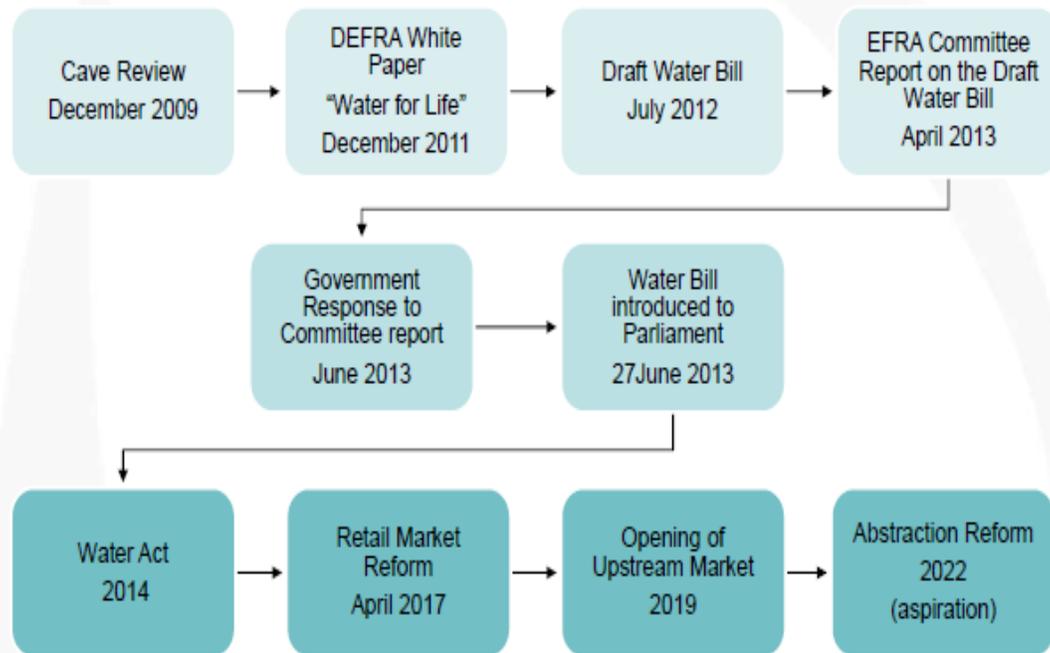
- O marco regulatório do setor de águas de Portugal segmenta a oferta em empresas da parte alta da cadeia e empresas da parte baixa da cadeia.
- A parte alta funciona bem, mas carece de uma melhor integração com as empresas da parte baixa o que afeta o funcionamento do setor. No momento muitas das empresas da parte baixa funcionam no vermelho.
- A divisão da cadeia parece que até o momento não produziu efeitos sobre a competitividade.

# Competividade (5)

- Na Inglaterra a OFWAT vem tentando a mais de cinco anos fazer uma reforma que introduza maior competitividade no setor.
- A necessidade da reforma vem do fato dos operadores atualmente a cargo do setor operarem de forma integrada e não cumprirem com as metas a que se comprometeram ainda que apresentem um desempenho financeiro excelente.
- A reforma consiste basicamente em: segmentação do setor em operadores da parte alta e da parte baixa da cadeia; e que o consumidor possa eleger seu prestador.
- Existe uma alta resistência das empresas operadoras em levar a cabo esta reforma.

# Inglaterra-Resumo da Reforma

## Water Act 2014 – the journey



## Water Act 2014 - Key Measures

- Enabling all business, charity and public sector customers in England to **switch their water and sewerage supplier**
- Establishing a **cross-border arrangement** with Scotland
- Enabling businesses to provide **new sources of water or sewerage treatment services**
- Developing a **national water supply network** by making it easier for water companies to buy and sell water from each other
- Enabling owners of **small-scale water storage to sell excess water** into the public water supply
- Enabling ministers to set the level to which a water company needs to plan to cope with **droughts**
- Enabling developers and new water or sewerage companies **to connect new building developments** to the water mains and sewerage system
- Providing Ofwat with a new **overarching resilience duty**

# Competividade (6)

- O setor de gás em São Paulo vem procurando introduzir a figura do consumidor livre porém o processo vem se arrastando sem sinais de avanço.
- Havia a limitação do monopólio da molécula e do transporte que agora parece que está sendo quebrado o que pode acelerar a entrada do consumidor livre.

# Subsídios (1)

- O marco legal trata de forma superficial o tema dos subsídios e mantém praticamente intocado o esquema vigente de subsídios cruzados nos seus três níveis (consumidores, categorias e comunidades)
- O subsídio cruzado entregue por meio de estruturas tarifárias de blocos crescentes de consumo com a cobrança do consumo mínimo é ineficiente e produz erros de exclusão e de inclusão.
- O subsídio cruzado funciona de forma precária como mecanismo de proteção social e se torna um fator de entrave para estabelecer uma competição pelo mercado e também gera desperdício de recursos que poderiam ser utilizados para alcançar a universalização de forma mais rápida.(quadro do subsidio cruzado entre comunidades)

## SABESP-Dimensao do subsidios cruzado entre comunidades

	Municipios	População Urbana (milhoes)	Receita (milhoes R\$)	Deficit /Superavit (milhoes R\$)	(%)
Deficitarios	350	12,26	4.376,1	-906,0	-20,70%
Superavitaros	21	16,44	8.509,8	906,0	10,65%
TOTAL	371	28,70	12.885,9	0,0	0,00%
(%)	94,3%	42,7%	34,0%		

### Municipios Subsidiados

Classe	Municipios	População Urbana (milhoes)	Receita (milhoes R\$)	Deficit /Superavit (milhoes R\$)	(%)
0 a 5.000	139	0,38	146,3	-51,2	-34,99%
5 a 25000	125	1,47	495,2	-151,8	-30,66%
25 a 50000	31	1,13	393,2	-105,9	-26,92%
50 a 100000	26	1,94	753,4	-156,2	-20,73%
>100000	29	7,33	2.587,9	-441,0	-17,04%
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>12,26</b>	<b>4.376,1</b>	<b>-906,0</b>	<b>-20,70%</b>

### Municipios Financiadores

Classe	Municipios	População Urbana (milhoes)	Receita (milhoes R\$)	Deficit /Superavit (milhoes R\$)	(%)
0 a 5000	1	0,00	1,1	0,2	19,95%
5 a 25000	3	0,04	24,9	6,2	24,86%
25 a 50000	1	0,03	19,7	3,0	15,42%
50 a 100000	4	0,27	108,9	6,7	6,16%
>100000	12	16,10	8.355,2	889,9	10,65%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>16,44</b>	<b>8.509,8</b>	<b>906,0</b>	<b>10,65%</b>

## Subsídios (2)

- Não existem atualmente subsídios direcionados para permitir o acesso da população vulnerável que não está conectada à rede.
- A tarifa social não está sendo implementada na sua plenitude e falta também uma política de proteção ao usuário de baixa renda.
- Devido à baixa efetividade da tarifa social e dos subsídios cruzados e a crise econômica os níveis de inadimplência das concessionárias estaduais vêm subindo de forma acelerada.

# Desafios (1)

- Introduzir a prática de combinar subsídios diretos com cruzados. Os primeiros vinculados ao acesso a rede e o segundo preferencialmente, mas não totalmente dirigidos ao consumo ou a utilização do serviço.
- Definir uma política para as estruturas tarifárias com limites de descontos e sobrepreços que não onerem de forma indevida os usuários financiadores e tampouco estimulem o desperdício por parte dos recebedores.
- Implementar a reforma das estruturas tarifárias (Minas e Brasília são bons exemplos) e uma política de proteção social aos usuários de baixa renda

## Desafios (2)

- Analisar a possibilidade e as formas de desverticalização do setor para se introduza a competição no mercado.
- A reforma mais simples seria segmentar o setor na parte alta e baixa da cadeia produtiva e instituir a figura do produtor independente e do consumidor livre para usuários não residenciais.
- Trabalhar para regulamentar contratos multilaterais ou de estabelecer a figura de um contrato metropolitano.
- Acelerar a regulamentação dos demais segmentos do setor de saneamento (resíduos sólidos e drenagem urbana). Esta pode ser a primeira prioridade da ANA caso venha a ser a reguladora nacional.